



PREFEITURA MUNICIPAL  
**RIO REAL**  
ESTADO DA BAHIA

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, COMISSIONAMENTO, HOMOLOGAÇÃO JUNTO À CONCESSIONÁRIA E ENTREGA EM PLENO FUNCIONAMENTO DE SISTEMAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA POR FONTE SOLAR FOTOVOLTAICA, CLASSIFICADOS COMO MICROGERAÇÃO E MINIGERAÇÃO DISTRIBUÍDA, OPERANDO NAS MODALIDADES "ON-GRID" E "HÍBRIDA", A SEREM INSTALADOS EM ESTRUTURAS DE COBERTURA (TELHADOS) DAS UNIDADES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE RIO REAL/BA, INCLUINDO O MONITORAMENTO REMOTO DA GERAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXO.**



## SUMÁRIO

1.	DO OBJETO .....	3
2.	DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	4
4.	DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS .....	6
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	7
6.	DA FASE DE JULGAMENTO .....	9
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	11
8.	DOS RECURSOS .....	13
9.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	13
10.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	15
11.	ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	15
12.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	15



## EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026

O **MUNICÍPIO DE RIO REAL**, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n.º 15.088.800/0001-83, com sede na Rua Ruy Barbosa, S/N, Município de Rio Real, Bahia, CEP: 48.330-000, por intermédio do seu Agente de Contratação Oficial, designado pelo Decreto nº 145/2026, de 22 de janeiro de 2026, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, do **tipo menor preço, critério de julgamento menor valor global**, sob o **regime de execução de empreitada por preço global**, conforme constante no **Processo Administrativo nº 268/2026**, dentro das especificações constantes neste Edital e seus Anexos. O processo será regido pelas disposições legais e condições estabelecidas no presente Edital, pela Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar 123/06, Decreto Municipal nº 020, de 17 de fevereiro de 2023, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, e pelas normas e condições fixadas neste Instrumento Convocatório.

O Edital está disponível no site: <https://www.licitanet.com.br/>  
Modo de disputa: **Aberto**  
Recebimento das propostas: **das 10h00min do dia 09/06/2026 às 10h00min do dia 22/06/2026 (Horário de Brasília).**  
Abertura das propostas: **às 10h10min do dia 22/06/2026 (Horário de Brasília).**  
Início da sessão pública: **às 10h10min do dia 22/06/2026 (Horário de Brasília).**

### 1. DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto da presente licitação a escolha da proposta mais vantajosa objetivando a contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, parametrização, comissionamento, homologação junto à concessionária e entrega em pleno funcionamento de sistemas de geração de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica, classificados como microgeração e minigeração distribuída, operando nas modalidades "on-grid" e "híbrida", a serem instalados em estruturas de cobertura (telhados) das unidades públicas municipais de rio real/ba, incluindo o monitoramento remoto da geração, conforme especificações constantes no edital e seus anexo., objetivando a execução de ações relativas ao esporte, conforme especificações e quantitativos constantes deste edital.
- 1.2. **O critério de julgamento adotado será o menor preço global**, considerado o menor dispêndio, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### 1.3. DA INVERSÃO DE FASES

Considerando a natureza do objeto, o elevado vulto da contratação, estimada em R\$ 10.544.403,74 (dez milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e três reais e setenta e quatro centavos), bem como a relevância estratégica do empreendimento para a redução dos custos energéticos da Administração Pública Municipal, o presente certame adotará o procedimento de inversão de fases, nos termos do art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação pretendida não se limita ao simples fornecimento de equipamentos fotovoltaicos, envolvendo também serviços especializados de engenharia para elaboração de projetos executivos, instalação, integração eletromecânica, parametrização dos sistemas, comissionamento, homologação junto à concessionária de energia elétrica, monitoramento remoto e entrega em pleno funcionamento de sistemas de microgeração e minigeração distribuída, demandando elevado grau de qualificação técnica, capacidade operacional e robustez econômico-financeira dos licitantes.

A inversão de fases mostra-se adequada e conveniente ao interesse público por permitir que somente participem da etapa competitiva os licitantes efetivamente habilitados e aptos a executar o objeto, evitando a formulação de propostas por empresas sem capacidade técnica ou financeira compatível com a complexidade do empreendimento, circunstância que poderia comprometer a eficiência do certame e a futura execução contratual.

A medida também contribui para a mitigação dos riscos de inexecução contratual, paralisações, atrasos na implantação dos sistemas fotovoltaicos, descumprimento de cronogramas de conexão junto à concessionária de energia e prejuízos à obtenção dos resultados pretendidos pela Administração, especialmente diante do expressivo investimento público envolvido.

Além disso, a análise prévia da documentação de habilitação permite à Administração verificar antecipadamente a existência de profissionais habilitados, acervos técnicos compatíveis, capacidade operacional, regularidade jurídica, fiscal e trabalhista,



bem como a saúde econômico-financeira dos licitantes, proporcionando maior segurança jurídica e administrativa ao procedimento.

A adoção da inversão de fases encontra respaldo nos princípios da eficiência, do planejamento, da economicidade, da segurança jurídica e da seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração Pública, assegurando que a disputa de preços ocorra exclusivamente entre empresas que demonstrem condições efetivas de executar integralmente o objeto contratado.

Dessa forma, considerando a complexidade técnica da solução, a necessidade de integração entre fornecimento e serviços especializados de engenharia, os riscos inerentes à execução do empreendimento e o elevado valor da contratação, revela-se plenamente justificada e compatível com o interesse público a adoção da inversão de fases no presente procedimento licitatório.

## **2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Serão admitidos a participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste instrumento e nos seus anexos, inclusive quanto à documentação e requisitos mínimos de classificação das propostas, que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, e que tenham realizado seu credenciamento como usuário junto ao LICITANET, para a obtenção de chave de identificação ou senha individual.

2.2. A presente licitação será destinada à **Ampla Participação**.

2.3. Não poderão participar da licitação:

2.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.3.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.3.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. O impedimento de que trata o item 2.3.1. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.3.12.3.1 e 2.3.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



27. O disposto nos itens 2.3.1 e 2.3.2 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
28. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
29. A vedação de que trata o item 2.3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 3.3. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.4. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, <https://www.licitanet.com.br/> a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.5. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos deste Edital.  
**[NÃO APLICÁVEL]**
- 3.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
  - 3.6.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - 3.6.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
  - 3.6.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - 3.6.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021. **[NÃO APLICÁVEL]**
- 3.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 3.8.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
  - 3.8.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.8.1 ou 3.8.2 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



- 3.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
  - 3.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
  - 3.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 4. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 4.3. **A proposta de preço deverá ser enviada até a data e horário previstos no preâmbulo deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, mediante a opção “acesso identificado”, através da digitação da senha de identificação do licitante.**
- 4.4. O licitante deverá clicar na opção “oferecer proposta” e preencher o formulário eletrônico apresentado na tela com os dados pertinentes à sua proposta de preços.
- 4.5. No preenchimento da proposta eletrônica o licitante deverá, obrigatoriamente, mencionar, no campo “INFORMAÇÕES ADICIONAIS”, as ESPECIFICAÇÕES, CARACTERÍSTICAS, quando for o caso, dos produtos ofertados.
- 4.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.6.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.7. O não preenchimento do campo referido no item anterior, implicará na desclassificação da empresa licitante, face a ausência de informação suficiente para classificação da proposta.
- 4.8. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 4.9. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.10. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.11. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.12. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.12.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
  - 4.12.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.



- 4.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.14. **Serão desclassificadas as propostas que consignem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.**
- 4.14.1. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracterizam motivo suficiente para a desclassificação da proposta.
- 4.14.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do Artigo 59, inc. IV e §2º, da Lei nº. 14.133/21, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.
- 4.15. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.
- 4.16. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição unitária de cada item do orçamento sintético, composição do BDI, composição dos encargos sociais e inclusive abranger todas as despesas com materiais e/ou equipamentos fornecidos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais e, demais despesas inerentes a execução do objeto em questão.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.3. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.7. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global**.
- 5.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.9. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.10. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).**
- 5.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o



reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

- 5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado. **[NÃO APLICÁVEL]**

5.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.14.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.14.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.14.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.14.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

- 5.15. Caso seja adotado para o envio de lances no CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações. **[NÃO APLICÁVEL]**

5.15.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.15.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.15.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.15.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.15.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.15.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

- 5.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.22.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se



encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.22.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.22.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.23.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.23.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.23.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.23.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.23.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.23.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.23.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.23.2.2. empresas brasileiras;

5.23.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.23.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.24.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.24.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.3. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



PREFEITURA MUNICIPAL  
**RIO REAL**  
ESTADO DA BAHIA

- 6.3.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.5. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 6.5.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 6.5.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 6.5.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.6. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.7. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.1 e 3.8 deste edital.
- 6.8. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.9. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração: **[NÃO APLICÁVEL]**
- 6.9.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];
- 6.9.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.
- 6.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.10.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.10.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.10.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.10.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. **[NÃO APLICÁVEL]**
- 6.11.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.11.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.11.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.12. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 6.12.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado; **[NÃO APLICÁVEL]**
- 6.12.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 6.12.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.12.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta



e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi- integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.14.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual. **[NÃO APLICÁVEL]**

6.14.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.14.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.14.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta. **[NÃO APLICÁVEL]**

6.17.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.17.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.17.5. Não serão aceitos inclusão de documentos de Habilitação Jurídica após abertura da sessão, somente da Proposta de Preço reajutada, conforme Lei.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.3. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos



termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 7.4. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.5. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.6. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico- financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 7.6.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 7.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública do Município de RIO REAL, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.9. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.10. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.11. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.12. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia. **[NÃO APLICÁVEL]**
- 7.12.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 7.12.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 7.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.14. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.14.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022. **[NÃO APLICÁVEL]**
- 7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):
- 7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, no prazo de 03 (três) horas.
- 7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta



atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

- 7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DOS RECURSOS**

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
  - 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.
  - 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
  - 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
  - 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
    - 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
    - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
    - 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
  - 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
    - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
  - 9.1.5. fraudar a licitação
  - 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



PREFEITURA MUNICIPAL  
**RIO REAL**

ESTADO DA BAHIA

- 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 9.2.1. advertência;
  - 9.2.2. multa;
  - 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
  - 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.2, 9.1.29.1.2 e 9.1.39.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
  - 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de RIO REAL, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que



sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do Portal da LICITANET.
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
  - 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município:

**0601**

**2013**

**449051**

**Fonte 5000**

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas

(PNCP) e endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>

- 12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



**PREFEITURA MUNICIPAL  
RIO REAL**

**ESTADO DA BAHIA**

- 12.11.1. **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**
  - 12.11.1.1. **APÊNDICE DO ANEXO I – PLANILHAS E DEMAIS DOCUMENTOS**
- 12.11.2. **ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**
- 12.11.3. **ANEXO III - MODELO DE CREDENCIAMENTO PARA A PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME**
- 12.11.4. **ANEXO III - MODELO DE CREDENCIAMENTO PARA A PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME**
- 12.11.5. **ANEXO IV - PROPOSTA DE PREÇOS(MODELO)**
- 12.11.6. **ANEXO V - DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DAHABILITAÇÃO**
- 12.11.7. **ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, DO ARTIGO 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**
- 12.11.8. **ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA.**
- 12.11.9. **ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESADE PEQUENO PORTE)**
- 12.11.10. **ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**
- 12.11.11. **ANEXO X - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Rio Real/Ba, 03 de junho de 2026

**Evaldo Almeida Moraes**  
**Secretario Mun. de Obras e Serviços Urbanos**

**Felipe Matos de Alcântara Souza**  
**Secretaria Municipal de Administração**



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, montagem, integração, parametrização, comissionamento, homologação junto à concessionária e entrega em pleno funcionamento de sistemas de geração de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica, classificados como microgeração e minigeração distribuída, operando nas modalidades “on-grid” e “híbrida”, a serem instalados em estruturas de cobertura (telhados) das unidades públicas municipais de Rio Real/BA, compreendendo sistemas destinados aos setores de Educação, Saúde e Administração, incluindo o monitoramento remoto da geração, conforme especificações constantes neste instrumento e seus anexos.

O objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia de natureza comum, por possuir padrões de desempenho e qualidade, de manutenção e de adequação objetivamente definidos neste instrumento.

A natureza comum desses serviços alinha-se ao que estabelece a legislação, permitindo a contratação por meio de procedimento aplicável a serviços comuns, assegurando eficiência e conformidade com as exigências legais.

A contratação observará as disposições da Lei nº 14.133/2021 e alterações; da Lei nº 14.300/2022; das Resoluções e normas aplicáveis da ANEEL; dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica – PRODIST; das normas técnicas da ABNT; do Decreto Municipal nº [PREENCHER]; e da Lei Complementar nº 123/2006.

### **2. DA JUSTIFICATIVA E DOS FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação justifica-se principalmente pelo objetivo de reduzir os gastos com energia elétrica, por meio da geração própria a partir da fonte solar, ampliando a eficiência energética das unidades municipais, modernizando a infraestrutura pública e garantindo maior previsibilidade orçamentária ao Município de Rio Real.

Os municípios brasileiros enfrentam desafios relacionados à gestão eficiente de recursos financeiros, intensificados pelo aumento constante das tarifas de energia elétrica e pela necessidade de atender às demandas da sociedade por práticas mais sustentáveis. Nesse contexto, a instalação de unidades solares fotovoltaicas apresenta-se como solução estratégica para reduzir custos e diversificar as fontes de energia, alinhando a Administração Pública aos princípios de eficiência energética e preservação ambiental.

O levantamento preliminar de consumo indicou demanda relevante nos setores de Educação, Saúde e Administração, especialmente considerando a tendência de crescimento de cargas elétricas em razão da climatização das escolas, da ampliação do uso de equipamentos públicos e da modernização dos prédios municipais.

Justifica-se, ainda, pela necessidade de assegurar a eficiência operacional e a longevidade do sistema fotovoltaico, por meio da inclusão da manutenção preventiva e corretiva. A ausência de contrato de manutenção pode comprometer a geração esperada, aumentando custos com reparos emergenciais e impactando negativamente a economia prevista.

#### **2.1 Aumento das tarifas de energia elétrica**

O constante reajuste no custo da energia elétrica impacta diretamente o orçamento municipal, reduzindo a margem disponível para investimentos em políticas públicas essenciais. A geração solar possibilitará redução significativa nos gastos recorrentes, resultando em economia ao longo de, no mínimo, 25 anos, de forma sustentável.

#### **2.2 Dependência de fontes não renováveis**

Os municípios dependem de fontes energéticas sujeitas a flutuações de preço e instabilidade no fornecimento. A adoção de energia solar proporcionará maior autonomia energética, reduzindo riscos operacionais e financeiros.

#### **2.3 Compromisso com a sustentabilidade ambiental**



O Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 1.056/2017 – TCU/Plenário, determinou que a Administração Pública implementasse iniciativas voltadas a práticas sustentáveis. A utilização de energia solar fotovoltaica reduz o consumo de energia oriunda de fontes com maiores impactos ambientais, em harmonia com a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia (Lei nº 10.295/2001), contribuindo para a redução de emissões de gases de efeito estufa.

#### **2.4 Eficiência e modernização da gestão pública**

A implantação das usinas, aliada ao software de gerenciamento e monitoramento do consumo, representa estratégia eficiente e moderna de gestão pública, viabilizando o uso racional de recursos e gerando economia reinvestível em áreas estratégicas. A contratação conjunta de instalação e manutenção evita aumento de custos, baixa concorrência e dificuldade de responsabilização decorrentes de contratações segregadas.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

O aumento das tarifas de energia, aliado à dependência de fontes não renováveis sujeitas a oscilações de preço, representa obstáculo à gestão eficiente dos recursos financeiros e compromete os orçamentos públicos. A ausência de monitoramento adequado pode reduzir a eficiência dos sistemas, resultando em custos imprevistos.

A municipalidade tem a intenção de ampliar a climatização das unidades escolares, visando ao conforto térmico dos alunos e ao melhor aproveitamento pedagógico, do que decorre impacto expressivo sobre o consumo de energia. Para compensar esse crescimento e reduzir a dependência da rede convencional, a implantação das usinas solares tem por objetivo gerar energia suficiente para promover redução de cerca de 90% no consumo proveniente da rede, assegurando sustentabilidade energética, economia de recursos públicos e alinhamento às políticas de eficiência e transição energética.

A solução final foi estruturada por setor, mediante sistemas padronizados de 149,45 kWp, distribuídos da seguinte forma:

<b>Setor</b>	<b>Tipo de sistema</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Pot. unit.</b>	<b>Pot. total</b>
Educação	Híbrido em telhado	04	149,45 kWp	597,80 kWp
Saúde	On-grid em telhado	02	149,45 kWp	298,90 kWp
Administração	On-grid em telhado	02	149,45 kWp	298,90 kWp
<b>TOTAL</b>	<b>—</b>	<b>08</b>	<b>149,45 kWp</b>	<b>1.195,60 kWp</b>

A potência total instalada de 1.195,60 kWp proporciona geração média estimada de aproximadamente 152.080 kWh/mês (cerca de 1.824.964 kWh/ano), considerando HSP de 5,30 h/dia, Performance Ratio de 80% e fator mensal de geração de 127,20 kWh/kWp·mês. Cada sistema de 149,45 kWp possui geração média estimada de  $149,45 \times 127,20 = 19.010,04$  kWh/mês. Os sistemas híbridos do setor de Educação contam com banco de baterias em tecnologia LiFePO<sub>4</sub>, totalizando 409,60 kWh de armazenamento (102,40 kWh por sistema).

### **4. ESCOPO DA CONTRATAÇÃO**

A empresa contratada deverá executar todos os serviços necessários à implantação integral dos sistemas, compreendendo, no mínimo:

#### **4.1 Engenharia e projetos**

- levantamento técnico dos locais de instalação;
- vistoria estrutural preliminar dos telhados;
- elaboração dos projetos executivos;
- projeto elétrico em corrente contínua e corrente alternada;
- diagramas unifilares e memorial técnico;
- projeto de aterramento e proteção;
- projeto de integração com a rede da concessionária;
- emissão de ART/RRT;
- documentação para homologação junto à concessionária.

#### **4.2 Fornecimento de**



### **equipamentos**

- módulos fotovoltaicos de no mínimo 610 Wp;
- inversores on-grid;
- inversores híbridos para os sistemas da Educação;
- baterias (LiFePO4) para os sistemas híbridos;
- estruturas de fixação;
- cabos solares, conectores e quadros elétricos;
- DPS, disjuntores e seccionadoras;
- string boxes, eletrodutos, eletrocalhas e acessórios;
- sistema de monitoramento.

### **4.3 Execução e instalação**

- mobilização de equipe e instalação da placa de obra;
- montagem das estruturas e instalação dos módulos;
- lançamento de cabeamento e montagem dos quadros de proteção;
- instalação dos inversores e das baterias (sistemas híbridos);
- aterramento e proteção contra surtos;
- interligação elétrica e testes operacionais;
- comissionamento, limpeza final e entrega técnica.

### **4.4 Homologação**

- elaboração e protocolo da documentação junto à concessionária;
- acompanhamento da análise técnica e adequações solicitadas;
- vistoria da concessionária e conexão final;
- obtenção da autorização de operação.

## **5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS**

### **5.1 Módulos fotovoltaicos**

<b>Item</b>	<b>Especificação mínima</b>
Potência	≥ 610 Wp
Tecnologia	Monocristalina ou superior
Certificação	INMETRO
Aplicação	Geração fotovoltaica conectada à rede
Garantia	15 (quinze) anos / garantia linear de desempenho
Resistência mecânica	Compatível com aplicação em telhado

Cada sistema deverá possuir 245 (duzentos e quarenta e cinco) módulos de 610 Wp, totalizando 149,45 kWp. Os módulos instalados em um mesmo sistema deverão ser da mesma marca e modelo, com idênticas características elétricas e mecânicas.

### **5.2 Inversores on-grid**

Os inversores on-grid deverão possuir:

- compatibilidade com os módulos especificados;
- elevada eficiência de conversão;
- proteção anti-ilhamento;
- monitoramento remoto e comunicação para acompanhamento da geração;
- compatibilidade com os padrões da concessionária;
- proteção contra sobretensão e sobrecorrente;
- certificações aplicáveis.

### **5.3 Inversores híbridos**

Os inversores híbridos, aplicáveis aos sistemas da Educação, deverão possuir:

- compatibilidade com banco de baterias;
- operação integrada com a geração fotovoltaica e conectada à rede;



- gerenciamento inteligente de energia e controle de carga;
- parametrização de prioridade de uso entre energia solar, rede e bateria;
- proteção integrada e monitoramento remoto.

#### **5.4 Baterias**

As baterias dos sistemas híbridos deverão possuir:

- tecnologia de lítio, preferencialmente LiFePO<sub>4</sub>;
- sistema de gerenciamento de baterias (BMS);
- proteção contra sobrecarga e contra descarga profunda;
- compatibilidade com os inversores híbridos;
- capacidade compatível com o projeto executivo (102,40 kWh por sistema híbrido);
- instalação segura e ventilada, com documentação técnica do fabricante.

#### **5.5 Estruturas de fixação**

As estruturas deverão:

- ser compatíveis com o tipo de telhado;
- possuir resistência à corrosão;
- suportar as cargas de vento da região;
- garantir fixação segura e preservar a estanqueidade da cobertura;
- permitir manutenção futura;
- ser dimensionadas conforme o tipo de telha e a estrutura existente.

#### **5.6 Infraestrutura elétrica**

A infraestrutura elétrica deverá contemplar:

- cabos solares CC e cabos CA;
- eletrodutos, eletrocalhas e conectores;
- quadros de proteção;
- DPS CC e CA, disjuntores e seccionadoras;
- aterramento e identificação dos circuitos;
- sinalização de segurança e organização dos circuitos conforme boas práticas de engenharia.

### **6. DISTRIBUIÇÃO DOS SISTEMAS**

Os sistemas estão identificados conforme o quadro a seguir, para fins de planejamento, ordens de serviço e medição. A vinculação de cada identificador à respectiva unidade pública será definida na vistoria técnica executiva.

<b>Identificação</b>	<b>Setor</b>	<b>Tipo</b>	<b>Implantação</b>	<b>Potência</b>
SE-HIB-01	Educação	Híbrido	Telhado	149,45 kWp
SE-HIB-02	Educação	Híbrido	Telhado	149,45 kWp
SE-HIB-03	Educação	Híbrido	Telhado	149,45 kWp
SE-HIB-04	Educação	Híbrido	Telhado	149,45 kWp
SS-ONG-01	Saúde	On-grid	Telhado	149,45 kWp
SS-ONG-02	Saúde	On-grid	Telhado	149,45 kWp
SA-ONG-01	Administração	On-grid	Telhado	149,45 kWp
SA-ONG-02	Administração	On-grid	Telhado	149,45 kWp
<b>TOTAL</b>	<b>08 sistemas</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.195,60 kWp</b>

### **7. LOCAIS DE INSTALAÇÃO**

Os sistemas serão instalados prioritariamente em telhados públicos pertencentes ou utilizados pelo Município de Rio Real. A definição final dos locais deverá observar:

- disponibilidade de área útil e capacidade estrutural;
- orientação solar favorável e ausência de sombreamento relevante;
- facilidade de acesso e proximidade da infraestrutura elétrica;
- viabilidade de conexão;



- segurança de operação e manutenção.

#### **7.1 Locais prioritários por setor**

- Educação: escolas municipais, quadras cobertas e complexos escolares;
- Saúde: unidades de saúde e prédios vinculados à Secretaria Municipal de Saúde;
- Administração: Prefeitura Municipal, Centro Administrativo e secretarias.

A contratada deverá realizar vistoria técnica prévia e emitir relatório de viabilidade dos telhados antes da instalação.

### **8. ESPECIFICAÇÃO E VALOR DA CONTRATAÇÃO**

#### **8.1 Da estimativa de quantidades**

A estimativa das quantidades a serem contratadas está acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, os quais poderão ser verificados nos Apêndices deste instrumento e nos autos do processo (planilha orçamentária, composições de custos unitários e cronograma físico-financeiro).

#### **8.2 Forma de prestação dos serviços**

A prestação dos serviços ocorrerá de forma parcelada, sendo executada por empreitada por preço global, por unidade de usina solar fotovoltaica contratada. A execução será iniciada a partir da emissão de ordens de serviço específicas, conforme demanda do Município.

A contratada deverá observar as normas técnicas aplicáveis da ABNT, ANEEL, INMETRO e demais órgãos reguladores. A fiscalização será exercida por servidor ou comissão designada, com apoio técnico, se necessário, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

#### **8.3 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

Para a adequada formulação da proposta, o licitante deverá considerar que os sistemas são padronizados em potência unitária de 149,45 kWp, sendo os do setor de Educação dotados de armazenamento de energia (baterias LiFePO4 de 102,40 kWh por sistema), exigida estrutura de fixação compatível com telhados cerâmicos, de fibrocimento e metálicos. O prazo de execução do objeto será de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da Ordem de Início dos serviços, conforme a Cláusula Sétima da minuta contratual e o item 13 do edital.

As garantias exigidas incluem: 01 (um) ano para os serviços, 10 (dez) anos para inversores, 15 (quinze) anos para módulos e 05 (cinco) anos para baterias. A proposta deverá prever a manutenção do sistema de geração e o monitoramento e gestão dos serviços, englobando todos os custos associados (materiais, mão de obra, encargos, transporte, instalação, treinamentos e garantias).

#### **8.4 Discriminação dos serviços**

Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo, com valores unitários já acrescidos do BDI de 25,00% (valores referenciais máximos):

Item	Descrição	Und	Quant.	Valor unit. (c/ BDI)	Total
1	Serviços preliminares – placa de obra (SINAPI 103689)	m²	6,00	R\$ 559,43	R\$ 3.356,58
2	Sistema de geração solar fotovoltaica do tipo HÍBRIDO – Educação, 149,45 kWp, com inversores híbridos trifásicos, baterias de íons de lítio e BMS	UN	4,00	R\$ 1.433.430,31	R\$ 5.733.721,24
3	Sistema de geração solar fotovoltaica do tipo ON-GRID em telhado – Saúde, 149,45 kWp, com inversores trifásicos, módulos e dispositivos de proteção	UN	2,00	R\$ 1.201.831,48	R\$ 2.403.662,96
4	Sistema de geração solar fotovoltaica do tipo ON-GRID em	UN	2,00	R\$ 1.201.831,48	R\$ 2.403.662,96



	telhado – Administração, 149,45 kWp				
	<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO</b>				<b>R\$ 10.544.403,74</b>

O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 10.544.403,74 (dez milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e três reais e setenta e quatro centavos).

A estimativa de preços foi realizada em conformidade com o art. 23, §2º, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se como referência o SINAPI para os itens com composição disponível e, para os itens de composição própria, a técnica prevista no art. 23, §2º, II, da Lei nº 14.133/2021 (dados de pesquisa em mídia especializada e fontes de domínio amplo). Foram utilizadas as bases: SINAPI 03/2026-BA; SBC 04/2026-BA; SICRO3 01/2026-BA; ORSE 02/2026-SE; SEDOP 03/2026-PA; SEINFRA 028-CE; e EMBASA 06/2025. No valor estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxa de administração, frete, seguro e demais custos necessários ao cumprimento integral do objeto.

### 8.5 Composição do BDI

Foi adotado BDI de 25,00%, cuja composição referencial é apresentada a seguir:

Componente	Percentual
Administração Central	4,50%
Seguro e Garantias	1,20%
Riscos	1,50%
Despesas Financeiras	1,10%
Lucro	6,81%
Tributos	7,37%
<b>BDI FINAL</b>	<b>25,00%</b>

Os percentuais acima referem-se aos componentes do BDI, cujo resultado final (25,00%) é obtido pela fórmula consagrada pelo Acórdão nº 2.622/2013 – TCU/Plenário, não correspondendo à simples soma aritmética das parcelas. A composição detalhada integra os autos do processo.

### 8.6 Memória de cálculo

A Memória de Cálculo fornece a base técnica para a estimativa dos custos. As quantidades estimadas consideram as demandas das unidades consumidoras sob responsabilidade do Município, levando em conta consumo energético, viabilidade técnica e espaço físico disponível. As quantidades, configurações e parâmetros técnicos constam da planilha de Memória de Cálculo anexada aos autos.

### 8.7 Cronograma de desembolso físico-financeiro

O cronograma físico-financeiro estabelece plano organizado para execução dos serviços e dos pagamentos correspondentes, encontrando-se nos Apêndices deste instrumento. Representa estrutura planejada, sujeita à confirmação das datas após a conclusão da licitação e a assinatura do contrato.

## 9. DA EXECUÇÃO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

Este instrumento compõe o conjunto de elementos necessários e suficientes para a precificação dos serviços. Nos preços deverão ser contemplados todos os materiais, equipamentos e mão de obra, além dos custos e despesas diretas e indiretas, sem a eles se limitar: salários, remunerações, impostos, taxas, honorários, encargos trabalhistas e securitários, ferramentas, instrumentos, combustíveis, lubrificantes, operadores, manutenção, transporte, alimentação e hospedagem.

O valor oferecido pelos proponentes não poderá ser superior ao valor unitário de referência indicado na licitação, nem superior ao valor global do certame, sob pena de desclassificação.

O contrato prevê serviços de manutenção preventiva e corretiva, assegurando que os sistemas permaneçam operacionais e eficientes ao longo da vigência, incluindo:

- monitoramento remoto da geração, detectando falhas e otimizando o desempenho;



- limpeza periódica dos painéis solares;
- testes e inspeção dos inversores;
- verificação das conexões elétricas e estruturas de suporte;
- atendimento técnico corretivo em até 24 horas após a comunicação do problema;
- substituição preventiva de componentes essenciais conforme diretrizes dos fabricantes.

### **9.1 Condições de execução**

O início da execução se dará em até 10 (dez) dias após a emissão da ordem de serviço. Os serviços serão executados conforme o cronograma físico-financeiro. Em caso de antecipação de etapas, os pagamentos poderão ser antecipados proporcionalmente, desde que as etapas sejam concluídas, certificadas pela fiscalização e aceitas pelo órgão contratante.

### **9.2 Especificação da garantia dos serviços e dos equipamentos**

O prazo de garantia contratual dos serviços será de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo. O prazo de garantia dos equipamentos pelo fabricante/distribuidor deverá ser de, no mínimo: 10 (dez) anos para inversores; 15 (quinze) anos para módulos; e 05 (cinco) anos para baterias. Deverá ser ofertado treinamento à equipe do Município, técnica e de gestão, quanto à manutenção, operação e avaliação de desempenho. Além das garantias, a contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva durante a vigência, apresentando Plano de Manutenção no início da execução.

### **9.3 Prazo de execução**

O prazo total estimado para execução será de até 180 (cento e oitenta) dias, distribuído nas etapas a seguir:

<b>Etapas</b>	<b>Prazo estimado</b>
Mobilização e projetos executivos	30 dias
Fornecimento de equipamentos	30 a 60 dias
Instalação dos sistemas	90 dias
Testes, comissionamento e homologação	30 dias
<b>PRAZO TOTAL</b>	<b>até 180 dias</b>

O prazo de execução de 180 (cento e oitenta) dias será contado da Ordem de Início, emitida em até 30 (trinta) dias após a publicação do contrato, suspendendo-se mediante Ordem de Paralisação devidamente justificada, nos termos da Cláusula Sétima da minuta contratual.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os custos da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

**0601**

**2013**

**449051**

**Fonte 5000**

## **11. VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO**

A vigência do contrato terá início a contar da data da assinatura, nos termos do art. 54, §1º, da Lei nº 14.133/2021, e duração de 12 (doze) meses, prorrogando-se automaticamente até a conclusão do seu objeto, conforme o art. 111 da Lei nº 14.133/2021. Serão admitidas alterações contratuais conforme os arts. 124 a 130 da mesma Lei.

O prazo de execução do objeto será de até 180 (cento e oitenta) dias (06 meses), contado da Ordem de Início dos serviços, a qual será emitida em até 30 (trinta) dias após a publicação do contrato, salvo prorrogação justificada e expressamente anuída. As Ordens de Paralisação, devidamente justificadas nos autos, suspendem o curso do prazo de execução, que volta a correr com a Ordem de Reinício, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (art. 115, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

## **12. PROCEDIMENTOS PARA REPACTUAÇÃO E REAJUSTE**

O objeto será contratado pelo preço ofertado na proposta vencedora, fixo e irreajustável pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data-base do orçamento estimado. O interregno mínimo de 12 (doze) meses para a



primeira repactuação será contado conforme a natureza dos custos (mão de obra vinculada à data-base da categoria; insumos vinculados a preço público; demais custos sujeitos à variação de mercado), observadas as regras dos arts. 134 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de planilha de custos e formação de preços, e serão formalizadas por apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, hipótese em que serão formalizadas por aditamento. Quanto ao reajustamento, será adotado como parâmetro o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento estimado, nos termos do art. 37, XXI, da CRFB/1988.

### **13. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

Não poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que possuam em seu quadro societário sócio que seja agente público municipal, ou cônjuge ou companheiro deste, entendendo-se como agente público municipal, para fins desta proibição, quem exerce função pública na Administração Pública Municipal de Rio Real/BA, na qualidade de servidor titular de cargo efetivo, de cargo em comissão ou função de confiança, ou que se encontre sob vínculo empregatício, observadas as demais vedações do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

### **14. DA VISTORIA FACULTATIVA**

A vistoria é facultativa. As licitantes que desejarem poderão agendar inspeção “in loco” para obter as informações necessárias à elaboração da proposta, devendo comparecer à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos até o penúltimo dia útil anterior à data de abertura do certame. Não haverá vistoria no dia da licitação.

A vistoria deverá ser realizada por representante legal ou delegado, devidamente identificado por procuração, e acompanhada por, no mínimo, um servidor do órgão, que emitirá atestado de vistoria. Todos os custos associados são de responsabilidade da licitante. Caso opte por não realizar a vistoria, a licitante deverá apresentar declaração expressa de renúncia, assumindo integralmente as responsabilidades decorrentes, não podendo alegar desconhecimento das condições do local ou das exigências do edital e seus anexos.

### **15. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA**

A solução deve garantir fornecimento estável e confiável de energia elétrica para o órgão licitante, visando reduzir custos e melhorar a qualidade da energia utilizada. Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e com os padrões de sustentabilidade exigidos.

A empresa deverá possuir experiência comprovada no fornecimento, instalação e montagem eletromecânica de sistemas fotovoltaicos, classificados em microgeração e minigeração, dos tipos “on-grid” e “híbrido”, apresentando atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em quantidades compatíveis com o objeto. A equipe técnica deve contar com engenheiro eletricista e especialistas em energia solar, registrados no CREA ou CFT. O projeto deve seguir as normas da ABNT, em especial a NBR 16690 e a NBR 5410. A contratada deverá manter preposto na cidade de Rio Real/BA.

#### **15.1 Habilitação jurídica**

Conforme a natureza da pessoa jurídica, deverão ser apresentados: registro público de empresas mercantis (empresário individual); ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, acompanhado de documento dos administradores (sociedade empresária/EIRELI); inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas (sociedade simples); decreto de autorização (sociedade estrangeira); ata de fundação e estatuto (cooperativa). Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como dos documentos de identificação dos sócios ou proprietário.

#### **15.2 Regularidade fiscal, social e trabalhista**

- Prova de inscrição no CNPJ;
- Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- Prova de regularidade com o FGTS;
- Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);



- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual da sede do licitante;
- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

### **15.3 Qualificação econômico-financeira**

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor e balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da lei, com Termos de Abertura e Encerramento, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios. Serão habilitadas as licitantes que comprovarem os seguintes índices, apurados a partir do balanço:

- Índice de Liquidez Corrente ( $ILC = AC/PC \geq 1,00$ );
- Índice de Liquidez Geral ( $ILG = (AC+ARLP)/(PC+ELP) \geq 1,00$ );
- Solvência Geral ( $SG = AT/(PC+ELP) \geq 1,00$ );
- Grau de Endividamento ( $GE = (PC+ELP)/AT \leq 1,00$ ).

O atendimento dos índices deverá ser atestado por declaração e memorial de cálculo subscritos por profissional habilitado da área contábil. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação poderão substituir os demonstrativos pelo balanço de abertura (art. 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021).

As empresas interessadas em participar do presente processo licitatório deverão comprovar possuir capital social mínimo devidamente integralizado correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

Certidão Simplificada, emitida pela junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licitação.

### **15.4 Qualificação técnico-operacional**

Comprovante de registro de pessoa jurídica expedido pelo CREA ou pelo CFT da regional da sede da licitante, demonstrando habilitação para desenvolver atividade relacionada ao objeto. Em se tratando de empresa não registrada no CREA/CFT do Estado da Bahia, deverá apresentar o registro do estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA/CFT local até 5 (cinco) dias antes da assinatura do contrato.

A capacitação técnico-operacional será comprovada mediante Certidão de Acervo Operacional (CAO), prevista na Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA, em nome da licitante, acompanhada de Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) expedida(s) pela entidade profissional competente, que comprove(m) a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível, em características semelhantes e com complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores às parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo do objeto (art. 67, II, da Lei nº 14.133/2021), conforme os quantitativos mínimos a seguir:

Descrição do(s) serviço(s)	Unidade	Quant. do projeto	Quant. exigida
Execução de sistema fotovoltaico	kWp	1.195,60	478,24
Elaboração de projeto e instalação de usina com armazenamento	kWh	409,60	163,84
Fornecimento e instalação de inversores híbridos	kW	300	120

Os valores mínimos foram estipulados com base nos quantitativos dos respectivos itens do Projeto Básico, observado o limite de pertinência e proporcionalidade do art. 67 da Lei nº 14.133/2021. No atestado que demonstre a execução das parcelas relevantes, tais parcelas deverão ser grafadas ou destacadas pela licitante para melhor visualização da Comissão de Licitação.

### **15.5 Qualificação técnico-profissional**

A licitante deverá apresentar indicação do pessoal técnico disponível para a realização do objeto, sendo exigida



a apresentação dos seguintes profissionais legalmente habilitados e detentores de Atestado/Certidão de Acervo Técnico (CAT), registrados no CREA/CAU/CFT da região a que estiverem vinculados:

- 01 (um) Engenheiro Eletricista;
- 01 (um) Engenheiro Civil;
- 01 (um) Técnico de Segurança do Trabalho (registrado no órgão competente).

Os profissionais indicados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, comprovado por: contrato social (sócio); ato de eleição/contrato social (diretor); CTPS ou contrato de trabalho em vigor (empregado); ou contrato de prestação de serviços, inclusive de obrigação futura vinculada à execução integral da obra/serviço (profissional contratado). Não será admitido que o mesmo profissional participe de mais de uma proposta; caso duas ou mais licitantes indiquem o mesmo responsável técnico, todas serão inabilitadas.

A comprovação do acervo da equipe deverá abranger, no mínimo, a execução das parcelas de maior relevância do objeto, mediante CAT acompanhada do respectivo atestado de capacidade técnica e da ART/RRT, em que o profissional e o emissor figurem como partes na obra, conforme os quantitativos a seguir:

<b>Descrição do(s) serviço(s)</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quant. do projeto</b>	<b>Quant. exigida</b>
Execução de sistema fotovoltaico	kWp	1.195,60	478,24
Elaboração de projeto e instalação de usina com armazenamento	kWh	409,60	163,84
Fornecimento e instalação de inversores híbridos	kW	300	120

### **15.6 Sustentabilidade**

O sistema fotovoltaico é fonte limpa e renovável, reduzindo a pegada de carbono do setor público municipal, em alinhamento com o inciso IV do art. 11 e o princípio do desenvolvimento nacional sustentável da Lei nº 14.133/2021. Deverão ser atendidas as normativas técnicas (NBR/ABNT), as normas de conexão da concessionária e a legislação reguladora federal, em especial a Lei nº 14.300/2022 e as normativas da ANEEL.

### **15.7 Consórcio**

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021. A vedação justifica-se em razão da natureza técnica e integrada do objeto, que exige responsabilidade operacional direta, coordenação executiva unificada, gestão centralizada de engenharia e execução contínua das atividades críticas, de modo que a participação consorciada poderia comprometer a padronização técnica, a segurança da execução e a responsabilidade contratual.

## **16. GARANTIAS EXIGIDAS**

### **16.1 Garantia de proposta**

Como condição para participação, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, as licitantes deverão apresentar garantia de proposta equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado total da obra, como requisito de pré-habilitação, por uma das modalidades previstas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021. A garantia de proposta deverá ter validade mínima de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de entrega das propostas, e conter cláusula expressa prevendo a execução do valor garantido em caso de descumprimento das obrigações, inclusive recusa injustificada de assinar o contrato. A não apresentação implicará a não aceitação da proposta, com a consequente exclusão da licitante do certame.

No caso de caução em dinheiro, a garantia da proposta deverá ser prestada em moeda corrente nacional por meio de depósito identificado, em conta bancária de titularidade do órgão licitante a seguir indicada, devendo a descrição, no documento comprobatório do depósito, constar o número e ano da licitação a que se refere a garantia. Segue:

Banco do Brasil

Ag.:1288-2

Conta corrente: 4080-0

### **16.2 Garantia de execução**

A contratada prestará garantia no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor do contrato, nas



modalidades definidas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021 (caução em dinheiro; seguro-garantia; fiança bancária; ou título de capitalização). A garantia deverá ser mantida durante toda a vigência contratual, acrescida de 6 (seis) meses, renovando-se ou reforçando-se conforme necessário, devendo ser integralizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, inclusive em caso de aditivo.

A Prefeitura restituirá ou liberará a garantia no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo, conforme o art. 100 da Lei nº 14.133/2021, mediante requerimento. A inobservância do prazo de apresentação ou renovação da garantia acarretará multa de 2% (dois por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), passível de glosa nos pagamentos devidos. Havendo prorrogação de prazo ou acréscimo de valor contratual, a contratada deverá apresentar nova garantia ou reforçá-la no mesmo percentual.

## **17. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR**

Os serviços serão executados na forma de execução indireta, de acordo com o edital e seus anexos, especialmente o instrumento de contrato, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

O fornecedor será selecionado por meio de licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento por MENOR PREÇO GLOBAL, desde que atendidas integralmente as exigências técnicas do edital, do projeto, do orçamento, das composições e deste Termo de Referência. O regime de execução será a empreitada por preço global. O modo de disputa será o aberto, conforme o art. 56, I, da Lei nº 14.133/2021, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, decrescentes.

## **18. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

### **18.1 Gestão do contrato**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão, o cronograma será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante apostila. As comunicações serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitido o uso de mensagem eletrônica.

### **18.2 Acompanhamento e fiscalização**

A execução será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) do contrato, representantes da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, ou pelos respectivos substitutos, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021. A fiscalização será realizada por comissão ou responsável nomeado pela Secretaria, que supervisionará a execução, assegurando o cumprimento das especificações e prazos. Os fiscais serão responsáveis pelo recebimento da nota fiscal/fatura e pela atestação dos serviços para fins de liquidação e pagamento.

A fiscalização será exercida no interesse da contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem ônus para a contratante. As decisões que ultrapassem a competência do fiscal serão encaminhadas à autoridade competente, conforme o §2º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

## **19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **19.1 Local e prazos de entrega**

Os serviços serão realizados conforme demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, nos locais previamente informados. O prazo para entrega seguirá o cronograma físico-financeiro, comprovando-se a prestação por relatórios fotográficos, de presença ou outro documento idôneo requerido pela Comissão de Fiscalização.

### **19.2 Critérios de medição**

A medição deverá considerar, por etapa efetivamente concluída e aceita pela fiscalização:

- serviços preliminares executados;
- equipamentos fornecidos e instalados;



- montagem estrutural concluída;
- instalação elétrica concluída;
- sistemas parametrizados e testados;
- homologação concluída;
- entrega técnica realizada.

A medição só será aceita mediante comprovação física e documental da etapa executada. Não serão pagos serviços não executados ou equipamentos não entregues/instalados conforme especificação.

### **19.3 Recebimento provisório e definitivo**

O objeto será recebido após a limpeza total das áreas envolvidas e comunicação formal à Administração, observando-se: (i) provisoriamente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita da contratada; e (ii) definitivamente, por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, no prazo de até 90 (noventa) dias corridos contados do recebimento provisório. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal, às custas da contratada.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou serviço (art. 618 do Código Civil) nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato. A contratada será responsável por reparo ou conservação da obra durante 60 (sessenta) dias após o recebimento definitivo, sem prejuízo das responsabilidades previstas no art. 140, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

### **19.4 Liquidação e pagamento**

Após o recebimento da nota fiscal ou documento equivalente, inicia-se o prazo de 30 (trinta) dias para a liquidação da despesa, verificando-se a conformidade dos elementos essenciais do documento de cobrança. A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados da conclusão da liquidação, por ordem bancária. Havendo atraso da contratante, os valores serão corrigidos pelo IPCA, desde o término do prazo até a data do efetivo pagamento. A nota fiscal deverá ser emitida em favor da Prefeitura Municipal de Rio Real/BA.

## **20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA obriga-se a:

- executar integralmente o objeto, fornecendo todos os materiais e equipamentos necessários;
- elaborar os projetos executivos e emitir ART/RRT;
- fornecer mão de obra qualificada, uniformizada e identificada, treinamento exigido pelas Normas Regulamentadoras, ferramentas, EPIs e EPCs;
- cumprir integralmente as normas técnicas e de segurança do trabalho e meio ambiente;
- realizar a homologação junto à concessionária, os testes e o comissionamento, entregando os sistemas em pleno funcionamento;
- capacitar a equipe indicada pela contratante e fornecer manuais e documentação técnica;
- arcar com todos os custos de aquisição, transporte, armazenamento e destinação de materiais, substituindo-os sem ônus caso rejeitados;
- responder por danos causados à contratante ou a terceiros decorrentes de falhas nos serviços ou de dolo de empregados;
- manter preposto responsável pela execução contínua dos serviços, na cidade de Rio Real/BA;
- reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, os bens e serviços com vícios, defeitos ou incorreções, inclusive durante a garantia;
- responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais e comerciais, cuja inadimplência não se transfere à contratante;



- comunicar ao fiscal, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente no local da execução;
- manter, durante toda a execução, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- garantir manutenções preventivas e corretivas periódicas e disponibilizar equipe técnica especializada para suporte emergencial dentro dos prazos contratuais;
- cumprir a reserva de cargos prevista em lei e não contratar, durante a vigência, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de dirigente ou agente público vinculado à licitação, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

## **21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A CONTRATANTE obriga-se a:

- identificar a demanda de instalação e montagem dos sistemas de geração e emitir as ordens de serviço;
- disponibilizar acesso aos locais de execução e indicar responsáveis para acompanhamento;
- exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, conforme o contrato e seus anexos;
- fornecer os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento dos serviços e garantir acesso à documentação técnica;
- aprovar projetos e etapas de execução e acompanhar as medições;
- receber o objeto, provisória e definitivamente, no prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência;
- nomear pessoal da área técnica para recebimento e fiscalização do contrato;
- efetuar os pagamentos nas formas e condições aprezadas;
- comunicar a contratada na hipótese de alteração do projeto, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/2021;
- facilitar a interlocução com as unidades beneficiadas e, previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências e liberar áreas.

## **22. DA SUBCONTRATAÇÃO**

É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto principal desta contratação, em razão da complexidade técnica, da necessidade de integração unificada dos sistemas fotovoltaicos e da responsabilidade contratual indivisível pela entrega em pleno funcionamento. Igualmente, é vedado à contratada transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, bem como caucioná-lo ou utilizá-lo para qualquer operação financeira.

## **23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pela inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora, inadimplemento contratual ou inveracidade das informações prestadas, a contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas nos arts. 156 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, garantida a prévia defesa:

- advertência por escrito, no caso de faltas leves que não acarretem prejuízos significativos;
- multa de mora e compensatória, nos percentuais definidos no edital e no contrato, incidentes sobre o valor adjudicado ou sobre o valor da parcela inadimplida;
- impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos, no âmbito da Administração Pública municipal;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

No processo de aplicação de sanções é assegurado o contraditório e a ampla defesa, facultada defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, nos termos do art. 157 da Lei nº 14.133/2021. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

## **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Em caso de discrepâncias ou falhas na entrega do serviço, o gestor do contrato deverá notificar imediatamente a contratada para correção; falhas persistentes ou graves poderão ensejar penalidades contratuais, incluindo



PREFEITURA MUNICIPAL  
**RIO REAL**  
ESTADO DA BAHIA

multas ou rescisão. O Município de Rio Real reserva-se o direito de impugnar o serviço prestado em desacordo com as especificações deste Termo de Referência. Fica eleito o foro da Comarca de Rio Real/BA como único competente para dirimir quaisquer demandas decorrentes do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a contratação com todas as informações necessárias à prestação dos serviços, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para a contratação, de forma clara e concisa, além de cumprir o determinado na legislação.

Rio Real/BA, 03 de junho de 2026.

Evaldo Almeida Moraes  
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Felipe Matos de Alcântara Souza  
Secretaria Municipal de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL  
**RIO REAL**  
ESTADO DA BAHIA

**PLANILHAS, PROJETOS E DEMAIS DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA  
PLATAFORMA LICITANET.COM.BR OU  
[https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo\\_proposta&pagina=1](https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1)**



**ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_\_/2026**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO REAL E A EMPRESA**

O **MUNICÍPIO DE RIO REAL**, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo Chefe do Poder Executivo, Senhor \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ residente \_\_\_\_\_, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo Sr. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e o(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediado(a) na \_\_\_\_\_ doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por \_\_\_\_\_ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica n. / \_\_\_\_\_, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, COMISSIONAMENTO, HOMOLOGAÇÃO JUNTO À CONCESSIONÁRIA E ENTREGA EM PLENO FUNCIONAMENTO DE SISTEMAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA POR FONTE SOLAR FOTOVOLTAICA, CLASSIFICADOS COMO MICROGERAÇÃO E MINIGERAÇÃO DISTRIBUÍDA, OPERANDO NAS MODALIDADES "ON-GRID" E "HÍBRIDA", A SEREM INSTALADOS EM ESTRUTURAS DE COBERTURA (TELHADOS) DAS UNIDADES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE RIO REAL/BA, INCLUINDO O MONITORAMENTO REMOTO DA GERAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXO., Conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
  - 1.2.1. O Termo de Referência;
  - 1.2.2. O Edital da Licitação;
  - 1.2.3. A Proposta do contratado;
  - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de xx (xx) meses, contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.3. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

- 3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



#### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

4.1. O valor total da contratação é de R\$...... ( ), conforme Anexo I deste Contrato.

5.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **5. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **6. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em  / / .

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **7. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8 Cientificar o órgão de representação judicial da do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias

8.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



## **8. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7 O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

## **9. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 9.1. A exigência de Garantia para a referida execução será de 5% do valor inicial do contrato, conforme regras constantes nos art. 96, 97 e 98 da Lei n. 14.133/2021.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

- 1. Moratória de 0,5% (zero vírgula por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 2. Moratória de 0,5% (zero vírgula por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

- 3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
- 4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 4% a 5% do valor do Contrato.
- 5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 3% a 4% do valor do Contrato.
- 6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 2% a 3% do valor do Contrato.
- 7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 2% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e



parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1 Gestão/Unidade:

13.1.2 Fonte de Recursos:

13.1.3 Programa de Trabalho:

13.1.4 Elemento de Despesa:

13.1.5 Plano Interno:

13.1.6 Nota de Empenho:

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO**

A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, a saber: \_\_\_\_\_, inscrita na matrícula sob o n. \_\_\_\_\_, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 14.133/21, conforme detalhado no Termo de Referência.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.



**17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO**

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Real para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Rio Real, \_\_de \_\_\_\_\_ de 2026.

**MUNICÍPIO DE RIO REAL**

\_\_\_\_\_- *Representante Legal*  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_- *Representante Legal*  
CONTRATADA



**ANEXO III**

**MODELO DE CREDENCIAMENTO PARA A PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº**

\_\_\_\_\_/2026

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº**\_\_\_\_\_/2026

(NOME DA EMPRESA)\_\_\_\_\_, CNPJ/MF N.º\_\_\_\_\_, (ENDEREÇO COMPLETO)\_\_\_\_\_, neste ato representada pelo seu (Sócio/Representante Legal)\_\_\_\_\_, Estado Civil, nacionalidade, CPF\_\_\_\_\_, RG\_\_\_\_\_, endereço\_\_\_\_\_, autoriza o Sr.(a)\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob onº\_\_\_\_\_, (apresentar o original), a representar, em todos os atos, a pessoa jurídica acima citada durante a realização da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º\_2026, a ser realizada na Prefeitura Municipal de RIO REAL, no dia \_\_/\_\_, respondendo, assim, pela representada, como seu mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para: apresentar proposta de preços, formular ofertas e lances, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em epígrafe.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)



ANEXO IV  
PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº

\_\_\_\_\_/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2026

SESSÃO PÚBLICA: / \_\_\_\_ 20\_\_, ÀS \_\_H/\_\_\_\_MIN. LOCAL:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO REAL

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO ( )						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:			CIDADE:			
CEP:			E-MAIL:			
TELEFONE:			FAX:			
CONTATO DA LICITANTE:			TELEFONE:			
BANCO DA LICITANTE:			CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:			
Nº DA AGÊNCIA:						
ITENS	DESCRIÇÃO		QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA: ..... DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- 3 PRAZO DE INÍCIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESTE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5 QUE O PRAZO DE INÍCIO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO, BEM COMO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO PROJETO, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NA PREFEITURA DE RIO REAL, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

**OBS.** SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.



**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº**

\_\_\_\_\_/2026

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº** \_\_\_\_/2026

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO REAL

AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO.

\_\_\_\_\_, PORTADOR DO RG \_\_\_\_\_, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

\_\_\_\_\_, EM, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2026.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



**ANEXO VI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, DO ARTIGO 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº**

\_\_\_\_\_/2026

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº**\_\_\_\_\_/2026

**(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

....., INSCRITO NO CNPJ Nº ....., POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A) ....., PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº ..... E CPF Nº ....., DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI Nº 14.133/2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ ( ..... )<sup>1</sup>.

.....  
(DATA)

..... (REPRESENTANTE LEGAL)

<sup>1</sup> Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



**ANEXO VII**  
**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA. (MODELO)**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº**

\_\_\_\_\_/2026

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº** \_\_\_\_/2026

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), COMO REPRESENTANTE DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO DE (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), PARA FINS DO DISPOSTO NO EDITAL DE LICITAÇÃO: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº /2026**, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE:

**A) A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº /2026, FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº /2026, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;**

**B) A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA PARTICIPAR DO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº /2026 NÃO FOI INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº \_\_\_\_/2026, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;**

**C) QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA, INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº /2026 QUANTO A PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;**

**D) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº \_\_\_\_/2026 NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº /2026 ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;**

**E) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº /2026 NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO REAL, ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E**

**F) QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.**

....., ..... DE ..... DE 2026.

REPRESENTANTE LEGAL



**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº**

\_\_\_\_\_/2026

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº**

\_\_\_\_\_/2026

[**NOME DA EMPRESA**], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.)], ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º DA LEI Nº 14.133/2021.

DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

( ) **MICROEMPRESA** – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

**OBSERVAÇÕES:**

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR (NO CASO DE ME E EPP)

CPF: XXX.XXX.XXX-XX CRC: \_\_\_\_\_



**ANEXO IX**  
**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº**

\_\_\_\_\_/2026

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº** \_\_\_\_/2026

À

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO REAL**

A EMPRESA ....., INSCRITA NO CNPJ Nº ....., POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR ....., PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº..... E DO CPF Nº ....., DECLARA NÃO TER RECEBIDO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO REAL OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

\_\_\_\_\_, EM, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2026.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



**ANEXO X**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (MODELO)**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº**

\_\_\_\_\_/2026

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº**\_\_\_\_\_/2026

A .....(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº .....,  
LOCALIZADA À ....., DECLARA, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021,  
QUE CUMPRE TODOS OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO  
NPREFEITURA MUNICIPAL DE RIO REAL – **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº /2026**

....., ..... DE ..... DE 2026.

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL